



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA 025/2016

Dia 25 de outubro de dois mil e dezesseis, às nove horas e vinte minutos, no prédio do PREVIMPA sito à Rua Uruguai número duzentos e setenta e sete, décimo quarto andar, teve início a quingentésima vigésima sétima reunião ordinária do Conselho de Administração do PREVIMPA. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Renan da Silva Aguiar, Luis Fernando de Fraga Silva, Edson Zomar de Oliveira, Luis Ferrari Borba, Marilena Ruschel da Cunha, Teresinha Casagrande, Antonio Carlos da Costa Pinto, Idalina Fagundes Venturini, Laerte Campos de Oliveira, Maércio de Almeida Flores Cruz, Pedro Luis da Silva Vargas, Clarazete Gautério de Farias e Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa. Na ausência justificada da presidente do CAD, Luciane Pereira da Silva, Renan da Silva Aguiar, vice-presidente do Conselho de Administração, deu início a reunião com Luis Fernando de Fraga Silva, secretário do CAD, após apresentação e aprovação da Ata 024/2016 de 11/10/16 Renan passou aos informes. O conselheiro Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa informou que a chapa 03, da qual faz parte, venceu as eleições do SIMPA com 303 votos de diferença e a posse será na próxima semana. O Conselheiro Pedro Luis da Silva Vargas informou que o Executivo não entregou ao Poder Legislativo os valores relativos ao duodécimo do corrente mês. Vargas alertou que entre as consequências dessa medida está a possibilidade de atraso do repasse ao Previmpa da contribuição previdenciária patronal devida pela Câmara. O Conselheiro, em resposta a questionamento, fez uma síntese explicativa acerca do conteúdo do artigo 29A da Constituição Federal, o qual dispõe sobre os limites percentuais das despesas totais do Poder Legislativo, bem como estabelece as regras para o repasse dos valores e as sanções aplicáveis em função de atrasos por parte do Prefeito Municipal. Concluiu solicitando à Mesa informações sobre as razões que levaram a Prefeitura à não efetuar a citada entrega dos valores. O diretor adjunto Rodrigo Costa Machado, convidado para falar sobre o relatório da Auditoria da Receita Federal, respondeu que participou de reunião entre a SMF e a Diretoria-Geral da Câmara onde foram abordados a questão de encontro de contas que envolvem os aportes do grupo de Repartição Simples, bem como plano de saúde e seguro obrigatório dos servidores inativos da Câmara, que hoje são feitos pelo Poder Executivo. Está sendo feito também levantamento dos precatórios pagos aos inativos e pensionistas da casa legislativa. O conselheiro Laerte informou que o Secretário da Fazenda aceitou o convite para participar da reunião do conselho e esclarecer sobre o repasse de alíquotas ao Previmpa, informou também que o Previmpa recebeu o prêmio de qualidade de gestor e boas práticas, alcançando o 6º lugar geral atingindo o melhor desempenho dentre as capitais. Após informes o Diretor adjunto apresentou o relatório da Auditoria Direta do Ministério da Fazenda, através da Secretaria de Previdência que será anexado a esta Ata. Vargas perguntou se a Administração do Departamento tem a intenção de proceder ajustes a fim de adequar os pontos que foram objeto das verificações relacionadas pelo Auditor Fiscal responsável pelo relatório. Disse também que as auditorias são instrumentos de

50 apoio à gestão e que devem ser realizadas e até solicitadas com maior frequência. O diretor-
51 geral adjunto, Sr. Rodrigo, ressaltou que a busca pelas adequações são constantes. Alguns
52 problemas detectados relacionados principalmente no que se referente aos dados das folhas de
53 pagamento de ativos, inativos e pensionistas, se dão em função do sistema ERGON cujo
54 módulo previdenciário ainda não desenvolvido em sua plenitude, dificultado muito a obtenção
55 dos dados nos formatos exigidos pela auditoria. Questionado sobre a existência de sistema que
56 pudesse suprir tal situação, respondeu que há sim, e que inclusive um está sendo analisado
57 pelos técnicos das áreas de concessão e pagamento de benefícios, atuários e unidade financeira.
58 Citou inclusive que já há “case” na utilização e integração do ERGON com o sistema específico
59 de previdência no Estado do Espírito Santo. Por fim, ressaltou que as auditorias indiretas, assim
60 entendidas pela Secretaria de Previdência, são realizadas principalmente pelos Tribunais de
61 Constas dos Estados e municípios, quando for o caso. Assim, as concessões de benefícios não
62 foram objeto de análise da auditoria direta, uma vez que esses casos são analisados pelo TCE-
63 RS. Ao mesmo tempo em que agradece aos conselheiros a oportunidade de apresentar o
64 relatório e debater de forma qualificada o mesmo, informa que durante a atual gestão,
65 acorreram todas as auditorias e fiscalizações possíveis, sendo que nenhuma delas apontou
66 irregularidades, o que não é nenhum mérito, mas sim um dever enquanto servidores públicos. O
67 conselheiro Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa questionou as datas pra prorrogação do mandato
68 dos conselhos, administrativo e fiscal, encaminhando como proposta discutir na próxima
69 reunião do dia 22/11/2016 que foi aprovada pelos conselheiros presentes. A apresentação do
70 relatório da Auditoria da Receita Federal será anexada a esta Ata. Nada mais havendo a tratar O
71 presidente da mesa encerrou a reunião às onze horas e vinte minutos e, eu Luis Fernando de
72 Fraga Silva secretário deste Conselho, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada,
73 será assinada pelos presentes.

74

75

76 Renan da Silva Aguiar – Presidente

Luis Fernando de Fraga Silva – Secretário

77

78

79 Edson Zomar de Oliveira

Luis Ferrari Borba

80

81

82 Marilena Ruschel da Cunha

Teresinha Casagrande

83

84

85 Idalina Fagundes Venturini

Laerte Campos de Oliveira

86

87

88 Maércio de Almeida Flores Cruz

Pedro Luis da Silva Vargas

89

90

91 Adroaldo Bauer Spíndola Corrêa

Clarazete Gautério de Farias

92

93

94 Antonio Carlos da Costa pinto